

## As acepções do verbete “morte” em dicionários de língua *Acceptions of the "death" entry in language dictionaries*

Jessica Camara Siqueira  
*Universidade de São Paulo, Brasil*  
jessica.siqueira@usp.br

**Resumo:** Os dicionários de língua, ao apresentarem a acepção de um verbete, não se restringem às informações linguísticas, já que também apresentam aspectos contextuais e interdisciplinares que dialogam com as questões socioculturais em que o verbete está inserido. Considerando o potencial estudo do caráter contextual das acepções foi escolhido o verbete “morte” para a realização da análise comparativa entre dicionários de língua. A escolha foi motivada pela recorrência do verbete em dicionários antigos e contemporâneos, e pelo fato de possuir um conceito que permite diversas discussões históricas, sociais e ideológicas. O objetivo é desvelar as diferentes nuances do verbete “morte” em dicionários de língua, observando-se quatro principais aspectos: a etimologia, a diacronia, a construção sinonímica e a acepção de “morte” em dicionários escolares. Baseado nos estudos lexicográficos de autores clássicos é feita a análise comparativa das acepções de morte em diferentes tipos de dicionários de língua. Verifica-se, por fim, que em cada grupo de dicionário pode-se encontrar traços das escolhas ideológicas e contextuais na construção da acepção do verbete “morte”.

**Palavras-chave:** acepção, dicionários monolíngues, lexicografia, morte, verbete.

**Abstract:** Language dictionaries present the meaning of an entry in a way not restricted to linguistic information, since we also have interdisciplinary and contextual aspects that dialogue with socio-cultural issues in which the entry is inserted. Considering the potential character of the study of contextual meanings, the “death” entry was chosen to carry out

a comparative analysis among language dictionaries. The choice was motivated by the recurrence of this entry in ancient and contemporary dictionaries, and the fact of its having a concept that allows various historical, social and ideological discussions. The goal is to reveal the different nuances of the “death” entry in language dictionaries, observing four main aspects: etymology, diachrony, synonymic construction and meaning of “death” in school dictionaries. Based on lexicographical studies of classical authors, we did a comparative analysis of meanings of “death” in different types of language dictionaries. We found that in each group dictionary we may find traces of ideological choices in the construction of the contextual meaning of the “death” entry.

**Keywords:** death, definition, entry, monolingual dictionaries, lexicography

## INTRODUÇÃO

Os dicionários de língua, ao apresentarem a acepção de um verbete, não se restringem às informações linguísticas, ao contrário, cada vez mais são evidenciadas informações contextuais que dão às acepções maior proximidade com as necessidades dos consulentes e usos “reais” ao verbete. Tal constatação pode ser facilmente observada tanto na variedade de registros linguísticos (formal, informal, escrito, oral, científico, etc.), como na diversidade de fontes contextuais que apontam para um caráter cada vez mais interdisciplinar e dialógico nos dicionários (Correia, 2008).

Considerando esse papel cada vez mais dinâmico e dialógico das acepções dos dicionários de língua, escolhemos analisar a construção dessas acepções em um verbete especial: o verbete “morte”. A escolha foi motivada por duas razões, uma de caráter diacrônico e outra temática. No primeiro caso, pelo fato de o verbete estar presente tanto em obras que remontam aos séculos passados, como em obras contemporâneas, o que possibilita uma melhor análise contrastiva; e temática, por tratar-se de um tema considerado tabu em nossa sociedade, o que permite uma riqueza de discussões históricas, sociais e ideológicas.

O objetivo deste artigo é desvelar as diferentes nuances do verbete “morte” em dicionários de língua, observando-se quatro principais aspectos: a etimologia, a diacronia, a construção sinonímica e a acepção de morte tratada em dicionários escolares. Para tanto foram analisados quatro grupos de dicionários: dicionários etimológicos; dicionários de sinônimos, dicionários escolares e dicionários monolíngues de diferentes épocas (séculos XVIII, XIX, XX e XXI).

A análise do verbete foi baseada nos estudos lexicográficos de Rey-Debove (1971), Biderman (1984) e Krieger e Finatto (2003). Antes de ser feita a análise propriamente dita será apresentada uma breve história do conceito de morte no Ocidente, com a finalidade de dar um embasamento histórico-social do termo. Em seguida, será apresentada uma síntese do aporte teórico lexicográfico utilizado para a análise, e por fim, como o verbete é constituído nos diferentes grupos de dicionários da língua.

## 1 HISTÓRIA DA MORTE NO OCIDENTE

Nas sociedades primitivas não existia o conceito de morte que conhecemos hoje. A morte era vista como um acontecimento que mudava a ordem da vida, passando-se para outro novo estado da vida, já que não havia a noção de eternidade. Assim, era importante para essas civilizações enterrarem seus mortos com suprimentos de roupas e alimentos para que pudessem viver esse período distinto da vida. Nesse contexto, destaca-se a cerimônia de morte que marcava a mudança de estado do indivíduo, bem como o espaço social para externalização da perda individual e do grupo (Morin, 1970).

A mudança do conceito de morte ocorreu com a inserção do desejo de imortalidade. Muito atrelada à religião, a noção de imortalidade está arraigada ao medo da morte, evidenciado pelo receio humano de não saber lidar com essa nova situação. Assim, no modo como cada sociedade trata seus cadáveres, é possível verificar as ideias, preconceitos e a visão de mundo de uma época (Chiavenato, 1998).

Nas sociedades mesopotâmicas, com destaque para o Egito, houve claramente um uso ideológico da morte. A morte era utilizada como um importante elemento do sistema de dominação, que contribuía com a subordinação ideológica da população, tendo um papel não apenas religioso, mas social e político. Todo o ideário criado em torno dos deuses, faraós e sacerdotes, ratificava o sistema de dominação ideológica (Ariès, 1982).

Enquanto na cultura egípcia havia uma preocupação extrema com a conservação do corpo para sua utilização na outra vida, os gregos enxergavam a morte sob outra perspectiva. O rito fúnebre era a cremação, utilizado para delimitar a nova condição do indivíduo e sua passagem para a imortalidade. Nesse caso, as cinzas tinham uma função importante de conservar a memória do morto (Morin, 1970).

Os ritos funerários marcavam não apenas a passagem do morto para outro plano de existência, mas também tinham a importante função de apartar os vivos e os mortos. O medo da morte comprovava-se de diferentes modos. Em

Roma, por exemplo, proibia-se o enterro dentro da cidade, como uma forma explícita de se afastar os vivos dos mortos.

Além disso, desenvolveram-se estratégias que garantiam a permanência do morto longe dos vivos, tais como: fechar os olhos do morto para não encontrar o caminho de volta; colocar uma pedra em sua cova para impedi-lo de levantar-se, etc. (Chiavenato, 1998).

Os sistemas de morte revelam a visão de mundo de um grupo social, refletindo seus sistemas de dominação ideológica. Na Idade Média, por exemplo, a Igreja apoderou-se de certas mortes e as utilizou como mecanismo de dominação, a exemplo da morte de santos e heróis das cruzadas. A divisão de classes e as desigualdades sociais também se ratificam na morte. Religiosos e nobres foram sepultados dentro das igrejas, próximos de Deus e dos santos, ao passo que aos pobres, foi concedida apenas uma vala comum (Braet; Verbeke, 1996).

Apesar do medo da morte nessa época, principalmente na Baixa Idade Média com o contexto da Trilogia da Desgraca, guerra peste e fome, é notória a importância social dos ritos fúnebres. A celebração da morte estabelece a autoafirmação de um grupo social, indicando sua duração em determinado tempo/espço. Dessa forma, destaca-se a importância do túmulo como um local da memória individual e coletiva de um grupo social (Braet; Verbeke, 1996).

Na Idade Moderna, a noção de morte associa-se a uma ruptura muitas vezes cruel e violenta da vida. O medo em relação à morte pode ser visto tanto na popularização de lendas em relação aos mortos vivos, como pelo crescente pavor das pessoas serem enterradas vivas, sentimento muitas vezes manifesto até nos testamentos. É dessa época que se cria a personificação da morte como uma caveira com a foice na mão, representação que indica a mortalidade humana pelo uso da figura do esqueleto, e tem a conotação de ceifadora de vidas, indicado pelo uso instrumento agrícola (Chiavenato, 1998).

No século XIX ocorre o fenômeno da “morte suja”, influenciado tanto pelo contexto científico naturalista como pelos valores burgueses. Nesse momento, há uma crescente preocupação com a limpeza e higiene, o que acarreta a construção dos cemitérios públicos, afastados das cidades para evitar a proliferação de doenças. Todavia, se por um lado a morte era temida, neste século também houve a influência do olhar romântico, o que deu contornos nostálgicos e de fuga da realidade em relação à morte. E mesmo com a preocupação sanitária, é um dos períodos em que é mais marcante o papel do luto, sendo a “morte do outro” responsável por desencadear uma terrível perda para o seio da sociedade, reflexo dos valores burgueses da época (Ariès, 1982).

Em contraposição, no século seguinte, ocorre uma mudança na perspectiva de se encarar a morte. A figura da morte é negada e os elementos que compunham seu ideário são silenciados ou reduzidos eufemisticamente. O luto como um rito social importante, tanto para o morto como para seu grupo social vivenciar a perda, foi emudecido. Hoje o luto é cada vez mais curto, e privilegia-se a contenção da dor. Num contexto de ditadura da felicidade, os signos de dor e morte foram banidos da sociedade contemporânea (Vovelle, 1993).

Ariès (1982) sintetiza esse novo contexto como de “morte invertida”. O local de morte não é mais domiciliar e acompanhado pelos familiares, ao contrário a morte é hospitalar e geralmente na solidão. Aqueles que morrem tem um velório cada vez mais breve, muitas vezes construindo-se um ambiente que se desconstrói a situação de morte, tendo o efeito de silenciar a dor da perda.

O luto também foi suprimido, não é permitido sofrer a dor da perda, é preciso ser feliz. A morte tornou-se um tabu, foi expulsa da sociedade e com isso observa-se tanto o fenômeno de sua banalização, como a sublimação de seu efeito nas pessoas. Tais fenômenos acarretam tanto a situação de catarse coletiva, observada principalmente na morte de pessoas famosas que reúnem milhares de pessoas eufóricas, como na indiferença em relação ao desaparecimento de um indivíduo (Ariès, 1982).

## 2 APORTE TEÓRICO

### 2.1 *Estudos lexicográficos*

O papel desempenhado pelo léxico na organização e estruturação do conhecimento tem origens nos primórdios da humanidade. Na Antiguidade, cerca de três milênios antes de Cristo, babilônicos e povos da Mesopotâmia, já elaboravam as primeiras listas bilíngues com palavras referentes às práticas mercantis da época, organizadas a partir de campos semânticos. Não tinham propriamente os traços semânticos e etimológicos dos dicionários gregos da era Cristã, mas já podiam ser considerados como as primeiras obras lexicográficas (Faria, 2007).

A palavra dicionário origina-se do latim medieval *dictionarius*, significando coleção de palavras. Nessa época houve uma intensa atividade lexicográfica, principalmente motivada pela ascensão das línguas à categoria de vernáculos, o que acarretou à prática de elaboração de listas temáticas de palavras e explicadas por meio de glosas. Na Idade Moderna, com a influência científico-cultural do Renascimento e reorganização geopolítica das nações europeias, houve uma conseqüente preocupação com a unidade linguística, ocorrendo

uma verdadeira expansão da prática lexicográfica, tanto pelo surgimento das enciclopédias como pela proliferação de dicionários bilíngues e monolíngues.

O avanço técnico-científico dos séculos posteriores contribuiu com a proliferação de outros tipos de dicionários, como os multilíngues, os dicionários técnicos ou especializados e aqueles influenciados pelo surgimento da Linguística Histórica, os dicionários históricos e etimológicos (Faria, 2007). No século XX houve um acelerado desenvolvimento da produção de obras lexicográficas. No Brasil, mesmo com os primeiros dicionários em língua portuguesa, datados do século XVIII, com destaque para as obras de Bluteau e Moraes e Silva, percebe-se que os estudos lexicais só ganharam efetivamente um *status* científico após a segunda metade do século XX, principalmente a partir dos trabalhos de Biderman (1984).

Hoje, a Lexicografia ganha cada vez mais espaço, tanto para os linguistas, que a redescobrem a partir do viés científico, como para outras áreas, que utilizam a teoria lexical e seus critérios científicos para melhor consolidarem seus domínios. Essa nova lexicografia, também conhecida como “lexicografia comunicativa” caracteriza-se principalmente por dois aspectos: o fato de estar centrada nas necessidades do consulente, tendo a função de auxiliá-lo na produção linguística e melhor domínio da língua; e um pendor descritivo, já observado nas práticas das terminologias científicas desde a década de 60 do século XX (Correia, 2008).

Contrária à tradição dicionarística mais prescritiva, hoje os dicionários funcionam como instrumentos privilegiados de promoção de uma comunicação linguística, refletindo, portanto as mudanças socioculturais, tecnológicas e linguísticas de determinado contexto histórico.

Assim, as obras lexicográficas acompanham o desenvolvimento humano tanto num nível técnico-científico como sociocultural. Todavia, essa heterogeneidade de objetivos, funções e público-alvo dificultam a formulação de uma definição satisfatória de seu escopo. Por isso, ao invés de salientarmos aqui uma única definição do que seria um dicionário, optou-se seguir a perspectiva sugerida por Campos Souto e Pérez Pascual (2003) que preferem apontar as características essenciais dessa obra lexicográfica ao invés de sintetizá-la superficialmente com uma definição. As duas principais propriedades, consideradas como consensuais para a maioria dos autores são: a orientação prática, voltada à consulta; e a finalidade didática. Ambas para funcionarem de modo satisfatório devem considerar os diferentes objetivos do dicionário, as necessidades dos usuários, o formato e seu suporte. O dicionário assim pode ser encarado como um produto de uma cultura escrita, funcionando como o testemunho de uma determinada comunidade (Ahumada Lara, 1989).

Estruturalmente, os dicionários podem ser organizados em três grandes correntes. A primeira tem como principal autor Rey-Debove (1971) que divide a organização do dicionário em duas partes, a macroestrutura, que corresponde às entradas ou verbetes, e a microestrutura, que traz as definições dos verbetes.

Seguindo essa linha, mas com uma perspectiva um pouco mais ampla há uma segunda corrente, representada por Günther Haensch (1982), que também fala de uma macro e uma micro estrutura, porém incorpora no que entende como macroestrutura as partes que antecedem as entradas, tais como o prólogo, introdução, prefácio, enfim, a parte pré-textual, que para ele é importante por trazer em seu bojo critérios de seleção e sistematização do dicionário. E por fim uma terceira corrente iniciada por Hausemann e Wiegand (1989) e continuadas por Werner (1997) e outros, que fala de cinco pontos de vista para descrever o dicionário: a hiperestrutura (parte pré-textual, guias de usos e apêndices); a macroestrutura (entradas); microestrutura (definições); iconoestrutura (imagens e ilustrações que acompanham as definições) e as estruturas de acesso (índices) (Medina Guerra, 2003).

Associados à estrutura organizacional comentada acima, há alguns princípios que norteiam a caracterização de um dicionário, são eles: a ordenação (semasiológica ou onomasiológica); o número de línguas (monolíngue, bilíngue ou multilíngue); a perspectiva temporal (visão sincrônica ou diacrônica); o tipo de compilação do material registrado (caráter exaustivo ou representativo); a extensão (conciso, manual, de bolso) e o suporte (papel ou eletrônico). Além desses principais, existem ainda os aspectos relacionados diretamente aos usuários, como a questão da natureza pedagógica, que determina faixa etária e nível de escolaridade do público-alvo, ou mesmo a densidade da microestrutura, também voltada a uma demanda concreta de usuários (Campos Souto; Perez Pascual, 2003).

## *2.2 A definição lexicográfica*

No âmbito deste trabalho, iremos nos deter à parte da microestrutura, mais especificadamente à definição lexicográfica. De modo geral, uma definição lexicográfica deve ser construída de forma objetiva, mas apreendendo a essência do objeto que está sendo definido, utilizando-se ainda como um importante recurso na elaboração definicional exemplos e comentários adicionais, a fim de situar o leitor no escopo de uso no discurso. Contudo, mesmo considerando tais princípios é comum encontrarmos certas inconsistências ou incompletudes nas definições dos dicionários vernaculares, a exemplo dos casos de falsos sinônimos, definições circulares ou mesmo inadequações dos padrões definitórios (Medina Guerra, 2003).

Uma definição lexicográfica deve expressar um segmento de significação de um determinado domínio. Assim, em um mesmo verbete encontram-se diferentes definições, correspondentes a determinadas áreas do saber (Krieger; Finatto, 2003). A definição, Segundo Rey (1979) se consistiria basicamente por dois processos: um primeiro que seria uma descrição abstrata do sistema de distinções recíprocas; e o segundo, a definição linguística que trataria dos resultados de caráter lógico.

Quanto à estrutura, uma definição lexicográfica clássica deve possuir duas categorias referenciais: o gênero próximo e a diferença específica. A primeira categoria corresponde à parte da definição que expressa à classe pertencente ao ente definido. Já a diferença específica, diz respeito às particularidades do ente definido, responsáveis por distingui-lo dos entes da mesma classe (Krieger; Finatto, 2003).

Quanto à classificação das definições Günther Haensch(1982) sintetiza duas principais tipologias: a natureza das acepções, que consiste nos aspectos referentes a ordem de aparecimento, etimologia, relações semânticas, marcas e exemplos; e a tipologia propriamente dita das definições, que se refere à natureza da metalinguagem, de caráter próprio ou impróprio, e a natureza do definido, referente aos traços enciclopédicos, explicativos ou ostensivos (Medina Guerra, 2003).

Outro aspecto que contribui na elaboração de uma definição, segundo a norma ISO 704 (1987) é a padronização da definição. Para isso, a norma sugere basicamente dois tipos de definição a intensional, que é aquela que incorpora os dois caracteres mencionados anteriormente, gênero próximo e diferença específica; e a definição extensional, que ao contrário da primeira faz a enumeração dos entes a que se aplicam em uma designação.

A definição lexicográfica corresponde à equivalência semântica estabelecida entre uma entrada (lema ou cabeça de verbete) e uma expressão explicativa num dicionário monolíngue. Seus principais elementos são: o definido/*definiendum* (a própria entrada) e o definidor/*definiens* (a expressão explicativa, a definição). Segundo Porto Dapena (2002) ela se realiza em dois níveis: a metalingua de signo, que define o significado da entrada; e a metalingua de conteúdo, que define palavras que necessitam de um sentido léxico.

Além da noção de definição lexicográfica, serão usados no decorrer do artigo mais dois termos, verbete e acepção. O termo *verbeta* será usado para designar o bloco de texto que descreve um vocábulo, já o termo *acepção* corresponde a cada lexia pertencente a um vocábulo. A noção de definição, numa perspectiva geral, também será utilizada para indicar o conjunto das partes que constituem o verbete, e num âmbito mais restrito, cada parte que constitui o mesmo conjunto (Polguère, 2003).

### 3 ANÁLISE DAS ACEPÇÕES DE MORTE EM DICIONÁRIOS MONOLÍNGUES

#### 3.1 Dicionários etimológicos

Quanto ao aspecto etimológico do verbete “morte” foram selecionados três dicionários: Cunha (1986), Machado (1990) e Silva (2005). Além desses dicionários especificamente voltados ao caráter etimológico, verificou-se que 60% dos demais dicionários analisados nos outros aspectos, também apresentaram algum traço da origem etimológica do lexema “morte”.

Dos três dicionários analisados o mais completo quanto à informação etimológica é o de Cunha (1986). Para a elaboração do verbete, Cunha utilizou referências de outros dicionaristas do século XIX: Moraes, Vieira, Aulete, Figueiredo e Machado. O resgate de tais obras resultou num maior detalhamento etimológico do verbete. Um exemplo disso é constatar as diferentes acepções do termo, desde o século XIII, proveniente do latim (*mors*, *mortis*) às outras acepções nos séculos posteriores, destacando-se o radical *mort* e as diferentes formações vocabulares originadas a partir dessa base (ex.: *mortal*, século XIII; *amortalhar*, século XVII; *mortífero*, século XVIII, etc.).

Enquanto em Cunha (1986) observamos a variedade de lexemas formados a partir do radical *mort*, acompanhados de sua provável origem de uso e sentido, em Machado (1990) temos uma definição bem sintética. Machado (1990) apenas indica a origem etimológica latina (*mors*), sem apontar nenhuma declinação, que ao contrário, em Cunha (1986) é bem diversificada (ex.: *mortis*; *mortiferum*; *mortificatio*; *mortificare*; *mortuorios*; etc.).

O que podemos destacar na obra de Machado (1990), que se ressalta em relação a anterior, é que ele apresenta um exemplo de uso do lexema em latim, acompanhado da possível data dessa utilização, século XII: “*Sed piones in morte aut in feridas aut in rouso unum habemus in villa*”(Machado 1990, p.169).

Quanto ao dicionário mais recente, de Silva (2005), notamos também um caráter mais sintético do verbete, assim como em Machado (1990), mas justificando-se nesse caso o fato de estar voltado para um público mais geral. Silva (2005) indica a origem latina (*mors*), destaca a acepção do conceito na Idade Média, assim como já apontavam Cunha (1986) e Machado (1990), mas ainda ressalta outra utilização do lexema, no contexto histórico da independência do Brasil, na expressão “independência ou morte”. Tal acepção não aparece nas obras anteriores, e acaba refletindo uma tendência que será mais pormenorizada no decorrer desta análise, a apresentação da noção de morte em diferentes sentidos figurados. Neste caso especificamente, a expressão “independência ou morte” tem uma conotação de algo definitivo, muitas vezes também incorporado em outros contextos.

### 3.2 Dicionários de Sinônimos

Para verificarmos a ocorrência dos sinônimos foram analisados três dicionários de sinônimos impressos: Fonseca e Roquete (1873); Agenor Costa (1953) e Fernandes (1968); quatro dicionários de sinônimos *on-line* e um dicionário analógico, de Firmino Costa (1933).

Fonseca e Roquete (1873) justificam escolha do lexema “morte” por conseguir ser ao mesmo tempo o vocábulo mais genérico e aquele que traz em seu bojo a essência da noção de “cessação de vida”. A partir de tal entendimento, os autores citam exemplos de tipos de morte (morte do rei, do sapateiro, do cachorro, etc.). Os três principais sinônimos apresentados são: *falecimento* (usados para pessoas mais idosas); *passatempo* (relacionado às agonias associadas à morte) e *trânsito* (morte dos justos).

Agenor Costa (1953) apresenta sinônimos com conotações mais subjetivas, a exemplo de *última jornada* e *transpasse*. Também traz exemplos de tipos de morte: *morte local* (gangrena) e *morte por asfixia* (sufocação). Há ainda outros sinônimos com usos mais populares, fato ressaltado pelo autor que retira o conteúdo de seus verbetes de outros dicionários, tais como de Hildebrando e Barros, Moraes, Caldas Aulete, frei Domingos Vieira e até de Fonseca e Roquete.

No dicionário de Fernandes (1968) são apresentados cerca de dezessete sinônimos, tendo em alguns exemplos de uso, principalmente nos casos de acepções mais conotativas. Além dos sinônimos, o dicionário também traz os antônimos: *vida* e *nascimento* e o advérbio *mortalmente*.

De modo geral foi interessante observar que no dicionário do século XIX houve uma predominância de sinônimos mais ligados à acepção mais genérica do lexema, com o sentido de *cessação de vida*. Em oposição, nos outros dois dicionários apareceram sinônimos com outras conotações para o vocábulo morte.

Por fim, a título de comparação podemos encontrar uma extensa lista de sinônimos de morte no *Vocabulário Analógico* de Firmino Costa (1933). Mesmo com a proposta onomasiológica, conseguimos perceber, dentre os 113 vocábulos, as diferentes facetas do conceito morte, bem como uma variedade de formas e usos. Quanto à forma, há um predomínio de substantivos ou palavras substantivadas, mas também ocorrem formações verbais a exemplo de *desviver* ou *expirar*. Mesmo tendo um grande número de sinônimos formados apenas por uma lexia, há vários exemplos de formações com lexias complexas, ilustradas com exemplos de aplicação. Dentre essas formações mais complexas destacam-se os usos populares, a exemplo de *morrer sem dizer ai Jesus*. Além dos exemplos que incorporam o uso popular de expressões que tem em sua

essência a noção de morte, destacam-se também nesse dicionário os exemplos trazidos da literatura, o que acaba enriquecendo mais ainda o arcabouço das conotações do vocábulo morte.

Parece interessante observar que, com o passar do tempo, além de aumentarem as acepções conotativas para o conceito de morte, parecem reduzir a proliferação de sinônimos associados ao conceito. Numa rápida pesquisa em dicionários contemporâneos de sinônimos *on-line* não foram encontrados mais do que doze sinônimos para morte. A riqueza de sinônimos que encontramos no início do século XX não se repete nas obras mais atuais, que dedicam um espaço menor e mais sintético para os sinônimos desse verbete.

### 3.3 Dicionários escolares

Os dicionários de língua mais *breves e leves* começam a se popularizarem no século XIX, motivados pela atualização dos estudos filológicos, novas discussões ortográficas e principalmente pelo fenômeno da escolarização e democratização do ensino (Verdelho, 2002). Considerando tal contexto, os dicionários escolares possuem verbetes mais sintéticos, com menos informações técnicas, contudo devem primar pela clareza e maior neutralidade possível na elaboração das acepções. Com tais pressupostos em mente analisaremos o lexema “morte” em três dicionários escolares: Bueno (1969); Aurélio (2000) e Biderman (1998).

No dicionário de Bueno (1969), apesar da denominação e da proposta claramente exposta na introdução, o dicionário não tem a aparência de *leveza* que temos hoje associada a um dicionário escolar. Em quase 1500 páginas o autor por vezes é bem detalhista em seus verbetes. No caso do verbete “morte”, especificadamente, ele traz cinco acepções comuns, contudo há algumas que são repetitivas e pouco esclarecedoras, já que ele não apresenta exemplos de uso, como é o caso das acepções: *ato de morrer* e *fim da vida* (repetição) e *termo*, sem explicação de uso. Há ainda outros usos do lexema na formação de expressões, tais como: *de morte* (encarnizado) e *má morte* (de má índole). E os tipos de morte destacados pelo autor são a morte *civil* e a *moral*, escolhas ideológicas que refletem bem o contexto educacional do período militar no país.

Já em Aurélio (2000), um dos dicionários mais usados no contexto escolar atualmente, junto com Houaiss, notamos diferenças significantes não só no tamanho e síntese dos verbetes como na elaboração das acepções. No caso do verbete “morte”, a primeira acepção que aparece é *cessação de vida* acompanhada do indicativo de área de especialidade, *medicina*. Na sequência também apresenta outras acepções com outras conotações a exemplo de *destruição* e *pesar profundo*. Contudo há uma explicação mais detida para

um tipo específico de morte, a cerebral, que vem acompanhada novamente do indicativo da área de especialidade, *medicina legal*. Observamos, portanto um predomínio da associação da noção de morte como algo ligado à Medicina, minimizando assim as acepções mais conotativas e que pudessem gerar construções de caráter emotivo.

Biderman (1998), um pouco diferente dos dois autores anteriores, apresenta além das acepções exemplos de uso, o que pode ajudar o aluno a melhor elucidar a utilização da palavra num contexto. Outro aspecto a ser ressaltado em Biderman é que ela apresenta outros lexemas relacionados ao verbete “morte”, o que pode auxiliar o aluno a compor um campo semântico dessa noção, a exemplo de *mortandade*, *mortalidade*, *mortal*, etc. Além disso, a autora ainda destaca alguns usos populares e em sentido figurado.

Mesmo que os três dicionários pertençam ao mesmo século, é interessante notar as diferenças trazidas por cada um em seu período: Bueno (1969) demonstrando o caráter mais rígido e preocupado com o civismo e a moral no contexto da ditadura militar; Aurélio (2000), com a primeira edição do dicionário escolar publicada em 1977 e revisitada mais três vezes até a edição que utilizamos, opta por uma perspectiva mais objetiva da morte, associando-a a uma área de especialidade sem precisar se aprofundar nas acepções conotativas; e Biderman (1998) que apresenta tanto sentidos figurados para o lexema como exemplos, opta por usos, em sua maioria, que não estão associados diretamente à cessação da vida ou à dor causada pela morte, ao invés disso elege as diferentes construções sintagmáticas para compor suas acepções.

### 3.4 Dicionários de diferentes épocas

Nesta última análise de dicionários, escolhemos contrapor obras dos séculos XVIII e XIX *versus* as dos séculos XX e XXI. O primeiro grupo de dicionários selecionados foi: Bluteau (1728), Moraes Silva (1789) e Silva Pinto (1832). E o segundo grupo: Freire (1957), Houaiss (2003) e Aulete Digital (2008).

Em Bluteau (1728) encontramos quatro acepções para morte, sendo duas ligadas à noção de fim da vida (fim da vida animal e vegetal, e ceifação da vida), uma ligada à religião e uma figurativa, em que o autor retoma a personificação de morte criada pelos egípcios. Para eles a morte era representada como uma moça (pode chegar em qualquer idade, mas sendo mais cruel na juventude) que possui um arco, flecha e asas nos pés (para atingir mais velozmente seus potenciais alvos). Tem os olhos vendados (não diferencia ninguém, bons ou maus, ricos ou pobres) e não possui orelhas (para não ouvir os apelos daqueles que a temem).

Moraes Silva (1789) também apresenta quatro acepções para o verbete: a clássica, *fim da vida animal e vegetal*; a religiosa, *separação do corpo e da alma*; a *morte civil*, para aqueles que cometem delitos na sociedade, e um sentido figurado associado à expressão *de morte* para algo com conotação ruim e de má sorte. Além disso, o autor ainda destaca uma lista das principais causas de morte da época: por doença, ferro (arma); fogo; veneno ou natural. Já Silva Pinto (1832) é mais sintético que seus predecessores, mas preserva a acepção clássica, de *fim da vida animal e vegetal* e a religiosa *separação do corpo e da alma*.

No dicionário de Freire (1957), já no século XX, encontramos o dobro de acepções, oito, e algumas distinções em relação aos dicionários dos séculos passados. Há elementos comuns, como a acepção clássica e a religiosa, ou mesmo aquela que traz a noção de *morte civil e moral*, que nos dicionários posteriores serão menos recorrentes. Como elementos distintivos, podemos observar a apresentação de uma maior lista de tipologias de morte, que estão muitas vezes associadas à conotação subjetiva, a exemplo de *mortecor* (primeira cor que os pintores dão à obra). Outra distinção interessante é que a representação figurativa escolhida pelo autor é aquela que associa a morte a um esqueleto portador de uma foice, *o ceifador de vidas*, imagem que se popularizou no imaginário coletivo e foi de certa forma, alimentado pelo medo da morte.

Houaiss (2003) apresenta um verbete rico em acepções, tipologias e exemplos de usos. Nas acepções, além das clássicas, já encontradas e comentadas nos outros dicionários, Houaiss(2003) traz o conceito de morte para diferentes domínios: Medicina, Economia, Direito, Astronomia, além de usos e expressões populares, tais como: pensar na morte da bezerra (ficar distraído) ou tal sujeito é de morte, fraseologia que diferente do uso anterior não tem uma conotação de algo de má sorte ou agouro, mas sim de alguém que é difícil, que tem personalidade forte, tendo assim uma suavização da noção negativa inicial.

Quanto às tipologias de morte apresentadas pelo autor, observamos uma grande variedade, com destaque para aquelas ligadas aos termos técnicos da área da Medicina, tais como: *morte cerebral*, *morte agônica*, *morte clínica* e *morte cardíaca*. Outro elemento de destaque no verbete é a extensa lista de sinônimos, 40 vocábulos, tanto associados à acepção de fim da vida, a exemplo de falecimento, como outras conotações, tanto de caráter médico (ex.: eutanásia, distanásia, etc.), como subjetivo, trânsito e passagem.

Por fim, no Aulete Digital (2008) notamos várias semelhanças com o Houaiss. As acepções são um pouco mais sintéticas, mas também apresentam exemplos de uso e há uma lista de usos e expressões populares. Mesmo não

tendo a preocupação com a extensão, já que o dicionário está no formato digital, ele apresenta poucas acepções. Em comparação com outros dicionários digitais, Michaelis (sete acepções), Priberam (nove acepções) e Aurélio (dezenove acepções), o Aulete apresenta apenas cinco. Contudo, destaca-se em relação aos anteriormente mencionados por apresentar exemplos de usos, o que melhor contextualiza suas acepções e as singulariza, ao contrário de algumas encontradas nesses dicionários digitais que possuem um caráter mais sinonímico ou até circular.

#### 4 Considerações finais

De forma geral observamos que os dicionários trazem em seu bojo acepções de morte que estão diretamente ligadas ao contexto histórico-social de sua época. Nos dicionários mais antigos, por exemplo, grande parte das acepções encontradas no verbete remete-se à noção de morte associada ao fim da vida, relacionadas principalmente a dor, sofrimento, e até a descrição de algumas tipologias de morte da época.

Em contraposição, nos dicionários mais contemporâneos, paulatinamente vemos aparecerem outras acepções de morte, ganhando cada vez mais espaço os sentidos figurados e fraseologias. Além disso, também notamos um viés mais especializado para tratar deste conceito, conforme pudemos observar no dicionário Houaiss (2003), que trouxe diferentes usos em domínios distintos. Contudo, conotações ligadas à dor e sofrimento não se destacam ou até mesmo são sublimadas em algumas obras, traço que reflete como a sociedade contemporânea encara a morte atualmente, como uma fatalidade incômoda que deve ser silenciada.

Nos dicionários etimológicos encontramos os primeiros registros de surgimento do termo e do conceito, tal qual conhecemos hoje em meados do século XIII, época em que a presença religiosa católica foi essencial para a difusão do medo da morte e de sua associação direta à dor e ao sofrimento, também relacionados ao contexto histórico de guerras, peste e fome, principais causas de morte nessa época.

Nos dicionários de sinônimos também podemos perceber um considerável contraste entre os dicionários mais antigos e os mais contemporâneos, no que diz respeito a acepção do verbete “morte”. Enquanto nos mais remotos os sinônimos associados ao lexema estavam diretamente ligados à cessação de vida, a exemplo de *falecimento* e *desviver*; os dicionários mais atuais trazem sinônimos com outros sentidos, tanto de uso popular (ex.: de morte), como de caráter mais subjetivo e menos associado a dor da perda (trânsito e passagem).

Os dicionários escolares seguem o mesmo contraste observado acima, com a diferença de que nos dicionários mais antigos observam-se acepções mais sintéticas e com raras ou nenhuma preocupação de explicação de uso, o que dificulta a compreensão do conceito para o público-alvo. Já os dicionários mais contemporâneos, se por um lado trazem aplicações *concretas* do uso das acepções, por outro lado ratifica a postura ideológica de sublimar as conotações ligadas à dor da perda.

Diante do que foi observado nas análises dos dicionários, podemos constatar que através das acepções conseguimos perceber traços ideológicos de suas construções, bem como aspectos do contexto histórico-contextual em que tais conceitos foram elaborados. Assim como o verbete “morte”, imaginamos que seja possível encontrar outra infinidade de verbetes que desvelam, a partir de suas distintas conotações, aspectos singulares da cultura e sociedade de uma época.

## 5 Referências

AHUMADA LARA, I. 1989. *Aspectos de lexicografía teórica*. Granada: Estudios de Lengua Española.

ARIÈS, P. 1982. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

AULETE. F.C. ; VALENTE, A.L.S. 2008. *Dicionário Aulete Digital*. Rio de Janeiro: Lexikon. Disponível em: [http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_coletivo](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_coletivo)  
Acesso em: 02 dez 2012.

BIDERMAN, 1984. M. T. C. A ciência da lexicografia. *Alfa*, São Paulo, 28 (supl.), p.1-26.

BIDERMAN, M.T.C. 1998. *Dicionário didático de português*. 2ªed. São Paulo: Ática.

BLUTEAU, R. 1728. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 8 v.

BRAET, H.; VERBEKE, W. 1996. *A morte na Idade Media*. São Paulo: Edusp.

BUENO, F.S. 1969. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 6ªed. São Paulo: FENAME.

CAMPOS SOUTO, M; PÉREZ PASUCAL, J. I. 2003. El diccionario y otros productos lexicográficos. In: MEDINA GUERRA, M. A. *Lexicografía española*. Editorial Ariel: Barcelona.

CHIAVENATO, J.J. 1998 *A morte - uma abordagem sociocultural*. São Paulo: Moderna.

CORREIA, M. 2008. Lexicografia no início do século XXI – novas perspectivas, novos recursos e suas consequências. In: ALEXANDRE JUNIOR, M. (coord.). *Lexicon – Dicionário de Grego-Português. Actas de Colóquio*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos / FLUL, pp. 73-85.

COSTA, A. 1953. *Dicionário de sinônimos e locuções da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

COSTA, F. 1933. *Vocabulário analógico*. São Paulo: Melhoramentos.

CUNHA, A. G. 1986. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FARIA, E. M. P. 2007. Uma breve história do fazer lexicográfico. *Revista Trama*. v. 3, n.5, 1º sem.

FERNANDES, F.1968. *Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa*. Globo.

FERREIRA, A.B.H. 2000. *Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa*. 4ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FREIRE, L. 1957. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio.

HOUAISS, A. 2003. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tema e Debates.

ISO 704. 1987. *Principles and methods of terminology*. Génève: ISO.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. 2004. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto.

MACHADO, J.P. 1990. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. 6ªed.Lisboa: Novos Horizontes.

MEDINA GUERRA, M. A. 2003. *Lexicografia espanhola*. Barcelona: Editorial Ariel.

MORAES SILVA, A. 1789. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Simao Tadeu Ferreira.

MORIN, E. 1970. *L'homme et la mort*. Paris: Editions Seuil.

SILVA PINTO, L. M. 1832. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Silva.

POLGUÉRE, A. 2003. *Lexicologie et sémantique lexicale: notions fondamentales*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal.

PORTO DAPENA, J.A. 2002. A definição lexicográfica. In: PORTO DAPENA, J.A. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco/Libros.

REY, A. 1979. À propos de la définition lexicographique. In : REY, A. *Le lexique: images et modèles. Du dictionnaire à la lexicologie*, Paris: Armand Colind.

REY-DEBOVE, J. 1971. *Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*, Mouton, The Hague-Paris.

ROQUETE, J.I.; FONSECA, J. 1873. *Diccionario dos Synonymos, Poético e de Epithetos da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

SILVA, D. 2005. *De onde vêm as palavras- origem e curiosidades da língua portuguesa*. 14<sup>a</sup>ed. São Paulo: A Girafa.

VERDELHO, T. 2002. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, J.H; PETTER, M. (orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas.

VOVELLE, M.1993. *L'heure du grand passage chronique de la mort*. Paris: Gallimard.

WEINREICH, U. 1984. Definição lexicográfica em semântica descritiva, *Alfa*. Revista de Linguística, São Paulo, 28, supl.

---

Recebido em: 27/12/2012

Aceito em: 06/03/2013

---

